

# **O Risco de Transformação do Conceito de Desenvolvimento Sustentável em um Novo Dispositivo de Controle Ideológico para a Questão Ambiental**

**Hélio César Fernandes Marques <sup>1</sup>; Maria Inez Pagani <sup>2</sup>; Romualdo Dias <sup>3</sup>**

**<sup>1</sup> Centro de Estudos Ambientais - CEA- UNESP – Rio Claro – Av. 24-A, 1515 – CEP 13500-900 – Rio Claro/SP**

**<sup>2</sup> Depto de Ecologia – I.B. - UNESP – Rio Claro – Av. 24-A, 1515 – CEP 13500-900 – Rio Claro/SP – [E-mail:marinez@linkway.com.br](mailto:marinez@linkway.com.br)**

**<sup>3</sup> Depto de Educação – I.B.- \_ UNESP – Rio Claro– Av. 24-A, 1515 – CEP 13500-900 – Rio Claro/SP**

---

## **RESUMO**

Em resposta às necessidades urgentes de transformação dos valores e comportamentos humanos, diante da crescente desestruturação das condições de vida biológica e cultural do planeta, determinados setores da comunidade internacional vêm se empenhando para investigar e debater as bases conceituais de um novo modelo social, assim como as suas estratégias de implementação a partir de um desenvolvimento sustentável. Esta nova concepção de política de desenvolvimento, por sua vez, aparece como uma importante proposta de equacionamento da crise sócio-ambiental, constituindo-se num processo de transição em direção ao estabelecimento de uma sociedade sustentável, o que pressupõe uma reconstrução integral da sociedade contemporânea. Entretanto, o conceito de desenvolvimento sustentável corre o sério risco de ser convertido em um dispositivo ideológico de controle social, no que se refere ao encaminhamento do debate sobre a resolução da problemática ambiental. Ao estar sendo assimilado pelo discurso ambientalista de acordo com os interesses dos setores que controlam política e economicamente a dinâmica social, o conceito de desenvolvimento sustentável acaba, freqüentemente, exercendo o papel de um eficiente instrumento de dissimulação das causas estruturais e contraditórias responsáveis pelo processo de degradação ambiental, servindo apenas para dar nova legitimidade para a expansão

insustentável do modelo de sociedade vigente.

**PALAVRAS-CHAVES:** Desenvolvimento Sustentável, Ideologia, Crise Ambiental

---

### ABSTRACT

In response to the urgent needs of transformation of the values and human behaviors, in face of the growing disorganization of the biological conditions and cultural life of the planet, certain sections of the international community are pawning to investigate and to debate the conceptual bases of a new social model, as well as your implant strategies starting from a sustainable development. This new conception of development politics, itself appears to be an important proposal of measuring the social environmental crisis, being constituted in a transition process directly to the establishment of a sustainable society, what presupposes an integral reconstruction of the contemporary society. However, the concept of sustainable development takes the serious risk of being turned into an ideological device of social control, in direction of the debate about the resolution of the environmental problem. When the concept is assimilated by the environment speech, in agreement with the interests of the sections that controls politics and economically the social dynamics, the concept of maintainable development ends frequently, exercising the role of an efficient instrument of dissimulation of the structural and contradictory causes, that are responsible for the environmental process of degradation, being just to give new legitimacy for the unsustainable expansion of the model of effective society.

**KEYWORDS:** Sustainable Development, Ideology, Environmental Crisis

---

Muito provavelmente, o mais expressivo acontecimento da história do ambientalismo mundial refere-se à publicação do primeiro estudo elaborado pelo Clube de Roma, o famoso relatório científico *The Limits to Growth (Limites do Crescimento)*. A divulgação deste documento provocou uma enorme repercussão junto à opinião pública internacional, ao revelar o elevado risco de esgotamento dos recursos naturais, bem como de saturação da capacidade de suporte da biosfera em absorver os impactos gerados pela atividade humana, caso as tendências do crescimento populacional e econômico da época não fossem alteradas. Com isso, este relatório estabelecia, pela primeira vez, a noção de que o planeta apresentava limitações físicas, ao contrário do que se acreditava até então, ao considerá-lo como um reservatório de dimensões ilimitadas. Essa nova percepção, por sua vez, reforçava o princípio de interdependência entre os países, na responsabilidade mútua de governar harmônicamente e com prudência o planeta, o que pressupõe o estabelecimento de uma nova ética entre os povos, e destes para com a natureza, baseada em valores e comportamentos orientados muito mais para a cooperação e a solidariedade.

Por outro lado, ao defender a adoção internacional da tese do crescimento zero, cujo princípio apregoava a paralisação do crescimento demográfico e das atividades econômicas como a única forma da humanidade alcançar um estado de equilíbrio global, o relatório do Clube de Roma transformou a problemática ambiental, até então uma questão aparentemente inofensiva, em uma grave ameaça aos grandes interesses político-econômicos internacionais. Além disso, esta proposição representava também uma forte ameaça tanto para as sofisticadas sociedades dos países altamente industrializados do Norte (e para uma minoria social afluyente dos países em desenvolvimento), que seriam obrigadas a reduzir seu elevado padrão de consumo material e energético, como para a maior parte das sociedades dos países do Sul, que sofreriam as conseqüências advindas da impossibilidade de reverter a sua condição de pobreza.

Dessa forma, o acúmulo das evidências empíricas que davam suporte para uma eventual comprovação científica sobre os limites do crescimento, começava a preocupar e influenciar o sistema político internacional, em uma época fortemente marcada pela ordem da Guerra Fria entre dois centros hegemônicos de poder, onde predominava o conflito e a competição explícita. Diante da forte pressão exercida por parte das organizações não-governamentais ambientalistas e da comunidade científica internacional, assim como pela crescente inquietação da opinião pública dos países desenvolvidos, a Organização das Nações Unidas promoveu, em 1972, a realização da Conferência de Estocolmo, a fim de encontrar alternativas que pudessem equacionar o impasse recém formado.

Um dos resultados mais importantes alcançados durante o intenso processo de discussão, ocorrido por ocasião da Conferência de Estocolmo, foi a consolidação das bases conceituais que permitiram a formulação de uma nova concepção de política de desenvolvimento, denominada de *ecodesenvolvimento*, na qual a dimensão ambiental deveria integrar o processo de desenvolvimento das sociedades humanas. De acordo com este novo conceito de desenvolvimento, os países do Terceiro Mundo poderiam conseguir uma melhoria do padrão de vida de suas sociedades sem que, para isto, houvesse um comprometimento das reservas de recursos naturais.

Para tanto, deveriam adotar um estilo de desenvolvimento que estivesse adaptado às particularidades regionais destes países e que, ao mesmo tempo, fosse orientado pela busca de uma maior autonomia (*self-reliance*), em substituição as diretrizes mimético-dependentes tradicionalmente adotadas, através do processo de modernização industrial e agrícola. Entre outras disposições, anunciava a necessidade do estabelecimento de um padrão máximo de utilização de recursos naturais para promover a satisfação das necessidades de bem-estar do ser humano, o que pressupunha uma redução no nível exagerado de consumo praticado pelos países desenvolvidos, assim como em sua participação desproporcional no processo de poluição da biosfera.

Justamente pelo fato de criticar o modelo de sociedade industrial e,

principalmente, o processo de modernização como método de desenvolvimento dos países periféricos, defendendo a necessidade de transformações de caráter estrutural para a resolução dos problemas decorrentes do esgotamento de recursos naturais não-renováveis e de degradação ambiental, o modelo de ecodesenvolvimento proposto não conseguiu influenciar o sistema político da época, sendo completamente rejeitado ou desprezado pelos governos dos países industrializados, assim como pelos cientistas e intelectuais mais conservadores.

Diante do risco de que o conjunto destas teses pudessem vir a ganhar legitimidade junto à opinião pública internacional, a reação imediata daqueles setores que se sentiram ameaçados foi, justamente, concentrar esforços no intuito de desmentir a possibilidade da ocorrência de um provável esgotamento dos recursos naturais. Através da elaboração de diversos estudos prospectivos, encarregados de procurar contradizer os conteúdos apresentados pelo relatório *Limites do Crescimento*, conseguiu-se afastar temporariamente o cenário das perspectivas catastróficas apontadas pelo Clube de Roma.

Nesse sentido, é interessante notar a intrigante mudança de postura assumida pelo Clube de Roma, que se manifesta pelo fato de que os documentos publicados posteriormente ao relatório *Limites do Crescimento*, tenham alterado profundamente o enfoque central com relação a este, que em 1972, impressionou o mundo ao revelar a dramática escassez de recursos naturais não-renováveis. No ano de 1976, em seu terceiro relatório, denominado *Para uma Nova Ordem Mundial*, estudo que contou com a coordenação do Prêmio Nobel de Economia, Jan Tinbergen, o Clube de Roma passava a propor soluções por intermédio do Sistema Financeiro Internacional para uma eventual crise de fornecimento de recursos naturais, o que de fato veio a acontecer (VIDAL, 1991).

Esta manobra, por sua vez, escondia os grandes interesses político-econômicos das principais potências industriais, através da eficiente articulação de uma estratégia muito mais ampla, de natureza geopolítica. A partir de 1977, em conformidade com as novas propostas levantadas por Tinbergen, e em perfeita sintonia com o poder econômico-financeiro mundial, iniciou-se um rápido processo de redução dos preços das matérias-primas no mercado internacional. Como salienta VIDAL (1991): "Nunca recursos não-renováveis foram tão depreciados como após a constatação, pelo Clube de Roma, da sua intolerável e perigosa escassez, salvo, evidentemente, a valorização circunstancial do petróleo, graças à OPEP, no contexto dos "choques" de 1973 e 1979. Mesmo assim, o petróleo sofreu, posteriormente, achatamento de preços, incompatível com sua essencialidade e escassez, e a OPEP foi destroçada pelo enfraquecimento dos principais países membros. Para isto, foi necessário induzir o Iraque a invadir o Irã, com pleno suporte dos centros hegemônicos de poder."

Assim, por intervenção de uma série de artifícios contábeis, os países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que provocaram uma acentuada desvalorização dos

recursos naturais não-renováveis (em franco processo de esgotamento), tornando-os acessíveis em condições privilegiadas para seu proveito, promoveram uma elevada valorização de seus próprios recursos (produtos manufaturados, tecnologia e serviços) no mercado internacional. Desta forma, os países industrializados conseguiram manipular, em seu favor, os resultados provenientes da imposição de uma nova configuração de interdependência global, seja através do acionamento de sua sofisticada estrutura produtiva, financeira e de serviços, ou por meio da intensificação do controle exercido sobre os pacotes tecnológicos adotados pelos países subdesenvolvidos, em decorrência da expansão do modelo de modernização.

Evidentemente, o estabelecimento desta nova ordem econômica mundial, além de afetar de maneira desastrosa as economias dos países do Terceiro Mundo, baseadas nas exportações de recursos primários, incentivou o aumento da utilização e consumo destas matérias-primas no mercado internacional, em virtude de sua acentuada redução de preços, acelerando drasticamente o processo de exploração e esgotamento dos recursos naturais não-renováveis.

Como se pode perceber agora, torna-se claro o motivo de preocupação dos principais centros hegemônicos do poder, quanto às conseqüências que as constatações do relatório *Limites do Crescimento* poderiam ocasionar. Além de representar um ataque direto aos pressupostos expansionistas dos principais agentes econômicos e financeiros internacionais, o reconhecimento oficial de um acelerado processo de esgotamento das reservas mundiais de recursos naturais não-renováveis, provocaria, devido a sua escassez, uma constante elevação dos preços desses produtos no mercado internacional e, com isso, o desmantelamento de toda a estratégia geopolítica articulada pelos países industrializados.

Entretanto, após o relativo sucesso alcançado por estes países, na tentativa de neutralizar às conclusões levantadas pelo primeiro relatório do Clube de Roma, este quadro de aparente tranqüilidade se encerra no final da década de 80, quando ressurgem a preocupação da opinião pública internacional com os problemas relacionados aos limites do crescimento. Desta vez, o alarme chegou não tanto pelas evidências do esgotamento dos recursos naturais, mas pela verificação dos efeitos provocados pela superação dos limites da capacidade de suporte da biosfera, em absorver os impactos gerados pela atividade econômica. Com a constatação da intensificação de inúmeros problemas ambientais de abrangência global, através da comprovação científica da crescente destruição da camada de ozônio e do aumento da temperatura do planeta, em função das emissões de CFC (clorofluorcarbonetos) e dos gases de efeito estufa, além da detecção, via satélite, dos elevados índices de devastação das florestas tropicais, percebeu-se que os limites ambientais ao crescimento estavam muito mais próximos do que se imaginava.

Neste mesmo período, não por acaso, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento publicou, em 1987, o documento *Nosso Futuro Comum*

(famoso Relatório Brundtland), cujo principal objetivo era propor estratégias ambientais de longo prazo, para que um desenvolvimento sustentável fosse atingido por volta do ano 2000. O Relatório Brundtland reforçava a idéia de que a proteção do meio ambiente não deveria representar uma restrição ao processo de desenvolvimento, tentando desta forma, mais uma vez, refutar a tese sobre os limites físicos ao crescimento econômico. Para isto, utilizava o argumento de que os limites impostos ao crescimento não provinham das condições ambientais, mas que eram uma consequência direta do atual estágio da tecnologia e da organização social, em responder aos efeitos gerados por esse crescimento.

Além disso, o relatório conferia uma ênfase especial na erradicação da pobreza como a tônica do desenvolvimento sustentável, justamente por considerar a situação de miséria enfrentada pelos países subdesenvolvidos, como sendo uma das principais causas dos problemas de degradação ambiental do planeta. Do mesmo modo, considerava como um fator fundamental, a interdependência do crescimento econômico de longo prazo entre as diversas nações, o que tornava a superação dos problemas de subdesenvolvimento do Terceiro Mundo, dependente do contínuo crescimento econômico apresentado pelos países industrializados. Tudo isso sem, é claro, o comprometimento da sustentabilidade ambiental, já que tanto a tecnologia, quanto a organização social, poderiam ser geridas e aprimoradas com o propósito de proporcionar uma nova era de crescimento econômico.

Desta forma, o relatório permitia justificar não apenas a necessidade de uma nova fase de crescimento econômico mundial, como também a possibilidade de que os países desenvolvidos, que desfrutavam dos mais altos padrões de consumo, se omitissem de qualquer tipo de responsabilidade frente ao desencadeamento dos problemas ambientais. Mesmo porque, diante da premissa de que a degradação do meio ambiente decorre de uma situação de pobreza, estes países não estariam contribuindo para o agravamento da crise ambiental. Conseqüentemente, não precisariam participar do esforço global, no sentido de impor restrições aos níveis exagerados de consumo material e energético, muito menos teriam que assumir parte do ônus financeiro para a resolução da problemática ambiental.

Ao contrário das propostas apresentadas pelo ecodesenvolvimento (principalmente, através do *Relatório Que Faire* e da *Declaração de Cocoyok*), que defendiam a necessidade de um conjunto de transformações de caráter estrutural para a resolução dos problemas decorrentes do esgotamento dos recursos naturais e de degradação ambiental, o *Relatório Brundtland* propunha a implementação de um amplo processo de desenvolvimento sustentável global, sem que, para isto, ocorresse a necessidade de se operar mudanças significativas na ordem econômica internacional.

Este fato explica o motivo pelo qual, logo após à sua publicação, este relatório tenha tido uma aceitação generalizada por parte dos governos dos países

industrializados, pelos organismos internacionais e, inclusive, por setores tradicionalmente pouco sensíveis com a necessidade de proteção do meio ambiente, como o empresarial e o financeiro. Mesmo porque, diante do ressurgimento da preocupação da opinião pública internacional em relação à intensificação dos principais problemas ambientais de abrangência global, a adesão e a incorporação do conceito de desenvolvimento sustentável (nos moldes definidos pelo *Relatório Brundtland*) por parte daqueles setores que poderiam ser eventualmente responsabilizados pelo agravamento da problemática ambiental, se tornou um mecanismo ideal e eficiente para estes segmentos marcarem presença no debate internacional, a fim de ganharem credibilidade discursiva no tratamento da questão ambiental, sem o comprometimento de suas posições.

Em suma, num primeiro momento, durante a década de 70, quando o acúmulo de evidências empíricas sobre os limites do crescimento econômico e demográfico começou a preocupar a opinião pública, ameaçando o poder hegemônico da ordem política-econômica internacional, a estratégia encontrada por aqueles setores que se sentiram prejudicados foi, justamente, concentrar esforços no intuito de desmentir a possibilidade de ocorrência de um provável esgotamento dos recursos naturais, afastando temporariamente, com isso, os riscos que um eventual reconhecimento público da autenticidade destes limites poderia ocasionar. Já num segundo momento, no final da década de 80, quando ressurgiu a preocupação da opinião pública internacional, diante agora da comprovação científica do agravamento dos principais problemas ambientais globais, os mesmos setores ficaram impossibilitados de recorrer ao mesmo expediente, como forma de negar a existência de limites ambientais ao crescimento econômico.

Pressionados pelo surgimento desta nova realidade, os agentes ligados aos setores produtivo e financeiro começaram, então, a promover a incorporação da dimensão ambiental em suas atividades, a fim de ganhar credibilidade junto à comunidade internacional. Assim, vinculados ao conceito de desenvolvimento sustentável e ao estabelecimento de um mercado consumidor verde, estes setores passaram a mudar gradualmente suas posturas negativas em relação ao meio ambiente, inserindo-se ainda nos anos 80, ao movimento ambientalista internacional.

Entretanto, como alerta LEIS & D'AMANTO (1995): "Seria ingênuo não perceber que um ambientalismo que nas últimas duas décadas vem recebendo forte influência e participação de atores provenientes dos setores político e econômico, marcados por valores e práticas tradicionais orientados para o conflito e a competição nos terrenos bem materiais da riqueza e do poder, corre sérios riscos de ser colonizado e perder sua força ética e vital. A rigor, o processo de emergência do ambientalismo tem partido nos anos 50 e 60 de setores, como os cientistas e as ONGs, que normalmente possuem valores e práticas muito mais orientados para a cooperação e a solidariedade do que os políticos e empresários".

De fato, o que se tem observado nos últimos anos, principalmente após a

realização da Conferência do Rio de Janeiro, quando o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser definitivamente absorvido e legitimado pela comunidade internacional é que, apesar do aspecto extremamente positivo que decorre da consolidação do ambientalismo a partir da inserção dos atores provenientes dos setores político e econômico, esta entrada não ocorreu despreziosamente, marcando também o início de uma disputa velada entre os diversos segmentos do ambientalismo, em torno da idéia do que vêm a ser um desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, o conceito de desenvolvimento sustentável têm propiciado diversas leituras de seu significado, que varia de acordo com as expectativas e interesses dos diferentes atores sociais que o utilizam. O aparente consenso em torno da necessidade de se viabilizar um amplo processo de desenvolvimento sustentável, esconde as divergências existentes no modo de conduzir sua implementação. Deste modo, a compreensão das diferentes leituras que estes grupos sociais submetem o conceito, constitui-se em um instrumento de fundamental importância para o processo de reflexão crítica a respeito do encaminhamento das promessas de superação da crise sócio-ambiental.

Por exemplo, de acordo com a *Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento*, organismo vinculado à Organização das Nações Unidas, o desenvolvimento sustentável pode ser definido como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades". Trata-se do conceito de desenvolvimento sustentável mais conhecido, o que torna sua análise imprescindível, especialmente, em virtude da posição de destaque que ocupa no debate internacional e de sua capacidade em influenciar a implementação de políticas públicas de meio ambiente, servindo de marco referencial para atuação de inúmeras outras instituições.

A sua análise mostra basicamente dois problemas: primeiramente, a falta de um estabelecimento claro sobre o que significa o atendimento das necessidades presentes e futuras da humanidade. Como observa STAHEL (1995): As necessidades humanas são determinadas histórico e culturalmente, apesar da influência de seu componente biológico. "Trata-se de uma sensação físico-psicológica de privação/insaciabilidade. Nesse sentido, cabe lembrar a distinção feita por Gorz entre pobreza e miséria. Enquanto a miséria representa um estado de privação que põe em xeque a própria sobrevivência física do indivíduo, a pobreza é necessariamente uma questão relativa, frente aos valores socialmente aceitos do que seja necessário. Assim, no exemplo de Gorz, um camponês andino sem sandalhas, um cidadão chinês sem bicicleta ou um operário alemão sem condições de comprar um automóvel do ano, sentem a mesma frustração e experimentam o mesmo sentimento de privação e de pobreza."

O segundo problema, refere-se a dificuldade de operacionalização do conceito, devido ao caráter vago do que se pretende sustentar. A operacionalização de tal



sustentabilidade coloca-se na dependência de seu objeto que, por sua vez, varia de acordo com as expectativas e interesses dos diferentes interlocutores. Os movimentos ambientalistas vêem o meio ambiente como objeto óbvio da sustentabilidade. Os consumidores preocupam-se com a sustentabilidade de sua capacidade de consumo. No caso dos grupos sociais dominantes, que controlam os meios de produção, o objetivo é a manutenção do sistema sócio-econômico vigente, o que implica na continuidade de um modelo de sociedade que está intimamente relacionado com a emergência da crise ambiental (CERQUEIRA *et al.*, 1995). Neste sentido, a determinação do que a sociedade como um todo pretende sustentar aponta para um conflito entre as diferentes concepções de sustentabilidade, o que requer uma reflexão crítica e cuidadosa de qualquer proposição de desenvolvimento sustentável.

Um exemplo que justifica e ilustra com muita propriedade esta preocupação, refere-se ao conceito de desenvolvimento sustentável elaborado pela *Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OECD*, que é definido como sendo "o desenvolvimento que mantém a mais alta taxa de crescimento econômico possível sem aumentar a inflação".

Como mostra CERQUEIRA (1995): "Do ponto de vista econômico, o conceito faz sentido, uma vez que a má gestão dos recursos ocasiona, a longo prazo, sua escassez, com a diminuição da oferta em relação à procura e, conseqüentemente, uma inflação. Não parece apropriada, no entanto, a redução da questão da sustentabilidade a um viés econômico, uma vez que o que está em jogo não é apenas a sustentabilidade econômica, mas de recursos naturais e ecossistemas. ... Nesta definição o problema da sustentabilidade ecológica está inteiramente subordinado à racionalidade econômica, constituindo-se em única preocupação a maximização da produtividade com a sustentação do suprimento do fator limitante, a matéria-prima".

A maior preocupação, no entanto, não diz respeito à existência de uma elevada diversidade de significações para o conceito de desenvolvimento sustentável, mas sim o fato de que ele têm, freqüentemente, cumprido o papel de um dispositivo ideológico de controle social, no que se refere ao encaminhamento do debate sobre a resolução da problemática ambiental. Os caminhos interpretativos empreendidos neste campo temático, permitem demonstrar que o risco de transformação do conceito de desenvolvimento sustentável em instrumento de controle social podem ocorrer, fundamentalmente, de duas maneiras:

Primeiramente, por meio da assimilação do conceito pelo discurso ambiental, de acordo com os interesses da ideologia social dominante, assumidos ingenuamente por uma parcela significativa da comunidade ambientalista e pela sociedade em geral. A apropriação do conceito pelos grupos que controlam política e economicamente a sociedade têm feito com que, sutilmente, através da manipulação ideológica, o foco dos fatores que realmente devam integrar o objeto da sustentabilidade do processo de

desenvolvimento seja insistentemente distorcido, de modo que a dimensão ambiental possa se subordinar à racionalidade econômica que, por sua vez, vêm comandando até então a dinâmica da civilização contemporânea. Desta forma, verifica-se que o conceito de desenvolvimento sustentável têm sido assimilado pelo discurso ecológico em função da lógica econômica e não, como seria de se esperar, que ele fosse assimilado pelo discurso econômico em função da lógica ambiental.

Em segundo lugar, através da utilização indiscriminada do conceito por grupos e instituições com posições inconciliáveis no modo de buscar e encaminhar soluções para a problemática ambiental, mas que, no entanto, pretendem ganhar credibilidade discursiva no debate sobre o tema. Com isso, o termo corre o perigo real de se tornar um clichê, que todos usam e ninguém se preocupa em implementar, levando o conceito ao desgaste, de forma que sua força simbólica de transformação da realidade, em direção ao estabelecimento de uma sociedade efetivamente sustentável, seja gradativamente neutralizada.

Entretanto, é importante salientar que, em ambos os casos, esta transformação do conceito em um novo dispositivo ideológico de controle social para o tratamento da crise sócio-ambiental, têm se tornado possível, numa certa medida, graças a falta de uma discussão mais aprofundada sobre o delineamento do próprio conceito. A existência de uma série de ambigüidades, inconsistências e contradições presente nas principais definições adotadas de desenvolvimento sustentável têm facilitado a abertura de lacunas que, por sua vez, oferece margem para que o conceito seja utilizado em favor de grupos ou setores sociais nem sempre os mais comprometidos com a resolução da problemática ambiental.

Mesmo assim, ou por isto mesmo, a imprecisão e a multiplicidade de significados assumidos pelo conceito fez com que ele gerasse um amplo consenso, em torno da necessidade de se integrar a dimensão ambiental ao processo de desenvolvimento econômico, entre grupos sociais com respostas fundamentalmente diferentes no tratamento da questão ambiental. De qualquer forma, a simples incorporação do adjetivo sustentável à idéia tradicional de desenvolvimento revela, ao menos implicitamente, o reconhecimento da própria insustentabilidade do modelo de desenvolvimento vigente (BARONI, 1992). Enfim, se por um lado, a aceitação generalizada do conceito de desenvolvimento sustentável provocou um enfraquecimento de seus conteúdos científicos e filosóficos, por outro lado, este amplo acolhimento contribuiu para fortalecê-lo POLITICAMENTE (VIOLA & LEIS, 1992).

Ao que tudo indica, com a consolidação de suas bases de apoio político e social no plano internacional, o conceito de desenvolvimento sustentável deverá agora ser submetido a um amplo processo de debate público, com a finalidade de que a sociedade como um todo possa determinar com precisão o que ela pretende sustentar. Somente depois de um estabelecimento claro do conceito e, principalmente, do objeto da

sustentabilidade por ele defendido, é que será possível operacionalizar um efetivo processo de construção de uma sociedade sustentável. Neste sentido, a redefinição, com base em fundamentos tecno-científicos e filosóficos, dos fatores que devam integrar o objeto da sustentabilidade do processo de desenvolvimento, pode representar uma estratégia eficaz para neutralizar a pressão político-ideológica existente atualmente sobre o conceito de desenvolvimento sustentável no debate internacional, de modo que ele possa realmente significar uma alternativa viável de enfrentamento da crise sócio-ambiental.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L.T. **Política Ambiental**. Campinas: Papirus, São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998. 192p.
- BARONI, M. **Ambigüidade e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável**. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v.32, n.2, p.14-24, 1992.
- BRASIL. **Presidência da República. Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: CIMA, 1991. 204p.
- BRÜSEKE, F.J. **O problema do desenvolvimento sustentável**. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. p.29-40.
- BURSZTYN, M (Org.) **Para pensar o Desenvolvimento Sustentável** São Paulo: Brasiliense, 1993. 161p.
- CANDOTTI, E. **Reflexões e refrações de uma Eco**. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.6, n.15, p.115-122, 1992.
- CARDOSO, F.H.; ALENCAR, G.S. **Desenvolvimento sustentável: variações sobre o mesmo tema**. *Ciência & Ambiente*, Santa Maria, v.2, n.3, p.07-14, 1991.
- CERQUEIRA, A.S. et al.. **Desenvolvimento sustentável: uma apropriação crítica do conceito e da concepção**. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 47., 1995, São Luís. *Anais...* São Luís: SBPC, 1995. v.2, p.483.
- CRESPO, S. et al. **O que o brasileiro pensa do meio ambiente, do desenvolvimento e da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: MAST;ISER;MMA;MCT, 1998. 110p.
- FURTADO, A. **Ecologia e desenvolvimento: os desafios da atual crise mundial**.

*Ciência & Ambiente*, São Paulo, v.2, n.3, p.15-29, 1991.

LAYRARGUES, P.P. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?** *Proposta*, Rio de Janeiro, n.71, p.05-10, 1997.

LEIS, H.R.; D'AMATO, J.L. **O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial.** In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995, p.77-103.

NOVAES, W. **Eco-92: avanços e interrogações.** *Estudos Avançados*, São Paulo, v.6, n.15, p.79-93, 1992.

RATTNER, H. **Tecnologia e ecodesenvolvimento.** *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.3, n.4, p.88-93, 1989.

SACKS, I. **Estratégias de transição para o século XXI. Desenvolvimento e meio ambiente.** São Paulo: Nobel; Fundap, 1993. 103p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Agenda 21: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** São Paulo: SMA, 1997. 383p.

STAHEL, A.W. **Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis.** In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995, p.104-127.

THE WORLD CONSERVATION UNION. **Cuidando do Planeta Terra - Uma Estratégia para o Futuro da Vida.** São Paulo: Editora CL-A Cultural, 1991. 246p.

VIDAL, J.W.B. **O desastre por vir.** *Cadernos do Terceiro Mundo*, Rio de Janeiro, n.140, p.31-35, 1991.

VIOLA, E. **A Dinâmica do Ambientalismo e o Processo de Globalização.** *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.6, n.1-2, p.06-12, 1992.

VIOLA, J.E.; LEIS, H.R. **A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável.** In: HOGAN, D.J.; VIEIRA, P.F. (Org.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Unicamp, 1992, p.73-102.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our common future.** New York: Oxford University Press, 1987.